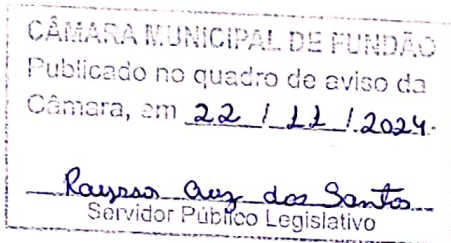




CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RESOLUÇÃO Nº 005/2024



Dispõe sobre procedimentos para a elaboração do Plano Anual de Contratações de que trata a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Fundão/ES.

O **Presidente da Câmara Municipal de Fundão – Estado do Espírito Santo**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Legislação Pátria e a Lei Orgânica Municipal, após aprovação do Plenário, promulga a seguinte Resolução:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I Do Objeto

Art. 1º. Esta Resolução estabelece procedimentos para a elaboração do Plano Anual de Contratações de que trata a Lei nº 14.133, de 2021, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Fundão - ES.

Seção II Das Definições

Art. 2º. Para fins do disposto nesta Resolução considera-se:

- I - Autoridade competente: Agente público com poder de decisão indicado formalmente como responsável por autorizar as licitações, os contratos ou a ordenação de despesas realizadas no âmbito do órgão;
- II - Requisitante: Agente ou unidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la;
- III - Área Técnica: Agente ou núcleo com conhecimento técnico operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda, e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza;
- IV - Documento de formalização de demanda/requisição/solicitação de Compras e Serviços: Documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação;

1





CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

V - Plano Anual de Contratações: Documento que consolida as demandas que o órgão planeja contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração;

VI - Setor de Contratações: Núcleo responsável pelo planejamento, pela coordenação e pelo acompanhamento das ações destinadas às contratações, no âmbito da Câmara Municipal de Fundão.

§1º. Os papéis de requisitante e de área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, observado o disposto no inciso III, do "caput" deste artigo.

§ 2º. A definição dos requisitantes e das áreas técnicas não ensejará, obrigatoriamente, a criação de novas estruturas na unidade organizacional da Câmara Municipal.

CAPÍTULO II DO FUNDAMENTO

Seção I Dos Objetivos

Art. 3º. A elaboração do plano de contratações anual pela Câmara Municipal de Fundão tem como objetivos:

I - racionalizar as contratações das unidades administrativas de sua competência, por meio da promoção de contratações centralizadas e compartilhadas, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais;

II - garantir o alinhamento com o planejamento estratégico com os gastos públicos;

III - subsidiar a elaboração das leis orçamentárias;

IV - evitar o fracionamento de despesas;

V- sinalizar intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo potencial com o mercado e incrementar a competitividade.

Art. 4º. Até o dia 15 do mês de maio de cada exercício, os setores da Câmara Municipal deverão encaminhar suas demandas para o próximo exercício ao Setor de Contratações da Câmara para elaboração do Plano Anual, que deverá conter todas as contratações que se pretende realizar no exercício subsequente, incluídas as contratações diretas, nas hipóteses previstas nos art. 74 e art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.





CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Seção II Das Exceções

Art. 5º. Ficam dispensadas de registro no Plano Anual de Contratações:

- I - as informações classificadas como sigilosas, nos termos do disposto na Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;
- II - as hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII, do caput do art. 75, da Lei nº. 14.133 de 2021;
- III - as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º, do art. 95, da Lei n. 14.133, de 2021.

Seção III Dos Procedimentos

Art. 6º. Para elaboração do Plano Anual de Contratações, o requisitante preencherá o documento de formalização de demanda com as seguintes informações:

- I- Justificativa da necessidade da contratação;
- II - Descrição sucinta do objeto;
- III - Quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;
- IV - Estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado, de acordo com as orientações de Ato da Mesa Diretora;
- V - Indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do núcleo;
- VI - Grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão;
- VII - Indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a seqüência em que as contratações serão realizadas;
- VIII - Nome do setor/núcleo requisitante com a identificação do responsável;
- IX - Nos casos de demanda de projeto de arquitetura/engenharia, incluir o documento de Solicitação de Projeto de Arquitetura/Engenharia elaborado por Comissão específica da Casa.

Art. 7º. O documento de formalização de demanda poderá, se houver necessidade, ser remetido pelo requisitante à área técnica para fins de análise, complementação das informações, compilação de demandas e padronização.





CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 8º. As informações de que trata o art. 7º poderão ser formalizadas por meio do sistema de tramitação de processos eletrônicos, até o dia 15 de maio do ano de elaboração do plano anual de contratações.

Seção IV Da Consolidação

Art. 9º. Encerrado o prazo previsto no art. 9º, o setor de contratações consolidará as demandas encaminhadas pelos requisitantes ou pelas áreas técnicas e adotará as medidas necessárias para:

I - Agregar, sempre que possível, os documentos de formalização de demanda com objetos de mesma natureza com vistas à racionalização de esforços de contratação e à economia de escala;

II - Adequar e consolidar o plano anual de contratações, observado o disposto no art. 4º;

III - Elaborar o calendário de contratação, por grau de prioridade da demanda, consideradas a data estimada para o início do processo de contratação e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 1º. O prazo para tramitação do processo de contratação ao setor de contratações constará do calendário de que trata o inciso III, do caput deste artigo.

§ 2º. O processo de contratação de que trata o § 1º será acompanhado de estudo técnico preliminar, termo de referência, anteprojeto ou projeto básico, considerando o tempo necessário para realizar o procedimento.

§ 3º. O setor de contratações concluirá a consolidação do Plano Anual de Contratações até a primeira quinzena de junho do ano de sua elaboração e o encaminhará para aprovação da autoridade competente.

CAPITULO IV DA APROVAÇÃO

Seção Única Da Autoridade Competente

Art. 10. Até o final da segunda quinzena de junho do ano de elaboração do plano anual de contratações, a autoridade competente aprovará as contratações nele previstas.

Parágrafo Único. A autoridade competente poderá reprovar itens do plano anual de contratações ou devolvê-lo ao setor de contratações, se necessário, para realizar adequações junto aos núcleos requisitantes, observando o prazo previsto no caput.





CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CAPÍTULO V DA PUBLICAÇÃO

Seção Única Da Divulgação

Art. 11. O plano anual de contratações aprovado pela autoridade competente será disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Fundão.

Parágrafo Único. A Câmara Municipal de Fundão disponibilizará, em seu sítio eletrônico, o endereço de acesso ao seu plano anual de contratações no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CAPÍTULO VI DA REVISÃO E DA ALTERAÇÃO

Seção Única Da inclusão, exclusão ou redimensionamento

Art. 12. Durante o ano de sua elaboração, o plano anual de contratações poderá ser revisado e alterado por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens, nas seguintes hipóteses:

- I - No período de 15 de setembro a 15 de novembro do ano de elaboração do plano anual de contratações, para a sua adequação à proposta orçamentária da Câmara;
- II - Na quinzena posterior à publicação da Lei Orçamentária Anual, para adequação do plano anual de contratações ao orçamento aprovado para aquele exercício.

Parágrafo Único. Nas hipóteses deste artigo, as alterações no Plano Anual de Contratações serão aprovadas pela autoridade competente.

Art. 13. Durante o ano de sua execução, o Plano Anual de Contratações poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

Parágrafo Único. O Plano Anual de Contratações atualizado e aprovado pela autoridade competente deverá ser disponibilizado imediatamente no Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como no sítio eletrônico do órgão.

CAPÍTULO VII DA EXECUÇÃO





CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Seção I

Da Compatibilização da demanda

Art. 14. O setor de contratações verificará se os demandas encaminhadas constam do plano anual de contratações anteriormente à sua execução.

Parágrafo único. As demandas que não constarem no plano anual de contratações ensejarão a sua revisão, caso justificadas, observados o disposto no art. 14.

Art. 15. As demandas constantes do plano anual de contratações serão formalizadas em processo de contratação e encaminhadas ao setor de contratações com antecedência necessária ao cumprimento da data pretendida de que trata o inciso V, do art. 7º, acompanhadas de instrução processual, observado o disposto no § 1º, do art. 10, desta Resolução.

Seção II

Do Relatório de Riscos

Art. 16. A partir de julho do ano de execução do plano anual de contratações, o setor de contratações elaborará relatórios de riscos referentes à provável não efetivação da contratação de itens constantes do plano anual de contratações até o término daquele exercício.

§1º. O relatório de gestão de riscos terá frequência mínima bimestral e sua apresentação deverá ocorrer, no mínimo, nos meses de agosto, outubro e dezembro de cada ano.

§ 2ª. O relatório de que trata o §1º será encaminhado à autoridade competente para adoção das medidas de correção pertinentes.

§ 3º. Ao final do ano de vigência do plano anual de contratações, as contratações planejadas e não realizadas serão justificadas quanto aos motivos de sua não consecução, e, se permanecerem necessárias, serão incorporados ao plano de contratações referente ao ano subsequente.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção Única Das Orientações Gerais

Art. 17. Os casos omissos serão dirimidos pela Administração, que poderá expedir normas complementares para a execução desta norma, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

6





CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Legislativo Henrique Broseghini, em 19 de novembro de 2024.

PAULO ROBERTO COLE

Presidente da Câmara Municipal de Fundão - ES.
Biênio 2023-2024



Câmaras**Água Doce do Norte****Termos****TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Ratifico, por este termo, a presente dispensa de licitação, que tem por objeto a locação de espaço com capacidade para no mínimo 250 pessoas para realização de confraternização após Sessão Solene de entrega de Títulos de Cidadão Honorário que será realizada na Câmara Municipal de Água Doce do Norte-ES, em favor do proponente:

43.297.715 PEDRO JUNIOR PORTES, inscrito no CNPJ nº 43.297.715/0001-60, no valor total de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais). Com base no inciso II, do Art. 75, da lei Federal 14.133/21, de acordo com parecer da Assistência Jurídica, e tendo em vista os elementos que instruem o processo nº 567/2024.

Água Doce do Norte/ES, aos 21 de novembro de 2024.

HÉLIO PEREIRA
Presidente

Protocolo 1436983

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico, por este termo, a presente dispensa de licitação, que tem por objeto a contratação de empresa ou profissional especializado para prestar serviços de ornamentação para Sessão Solene de entrega de Títulos de Cidadão Honorário que será realizada na Câmara Municipal de Água Doce do Norte-ES, em favor do proponente:

MARCIELLE APOLIANA DE SA BRETAS BOTELHO 14040750705, inscrito no CNPJ nº 42.706.520/0001-64, no valor total de R\$ 3.820,00 (três mil e oitocentos e vinte reais). Com base no inciso II, do Art. 75, da lei Federal 14.133/21, de acordo com parecer da Assistência Jurídica, e tendo em vista os elementos que instruem o processo nº 564/2024.

Água Doce do Norte/ES, aos 21 de novembro de 2024.

HÉLIO PEREIRA
Presidente

Protocolo 1436984

Fundão**Resolução****RESOLUÇÃO Nº 005/2024**

Dispõe sobre procedimentos para a elaboração do Plano Anual de Contratações de que trata a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Fundão/ES.

O **Presidente da Câmara Municipal de Fundão - Estado do Espírito Santo**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Legislação Pátria e a Lei Orgânica Municipal, após aprovação do Plenário, promulga a seguinte Resolução:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****Seção I
Do Objeto**

Art. 1º. Esta Resolução estabelece procedimentos para a elaboração do Plano Anual de Contratações de que trata a Lei nº 14.133, de 2021, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Fundão - ES.

**Seção II
Das Definições**

Art. 2º. Para fins do disposto nesta Resolução considera-se:

- I - Autoridade competente: Agente público com poder de decisão indicado formalmente como responsável por autorizar as licitações, os contratos ou a ordenação de despesas realizadas no âmbito do órgão;
- II - Requisitante: Agente ou unidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la;
- III - Área Técnica: Agente ou núcleo com conhecimento técnico operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda, e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza;
- IV - Documento de formalização de demanda/requisição/solicitação de Compras e Serviços: Documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação;
- V - Plano Anual de Contratações: Documento que consolida as demandas que o órgão planeja contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração;
- VI - Setor de Contratações: Núcleo responsável pelo planejamento, pela coordenação e pelo acompanhamento das ações destinadas às contratações, no âmbito da Câmara Municipal de Fundão.

§1º. Os papéis de requisitante e de área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, observado o disposto no inciso III, do "caput" deste artigo.

§ 2º. A definição dos requisitantes e das áreas técnicas não ensejará, obrigatoriamente, a criação de novas estruturas na unidade organizacional da Câmara Municipal.

**CAPÍTULO II
DO FUNDAMENTO****Seção I
Dos Objetivos**

Art. 3º. A elaboração do plano de contratações anual pela Câmara Municipal de Fundão tem como objetivos:

- I - racionalizar as contratações das unidades administrativas de sua competência, por meio



da promoção de contratações centralizadas e compartilhadas, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais;

II - garantir o alinhamento com o planejamento estratégico com os gastos públicos;

III - subsidiar a elaboração das leis orçamentárias;

IV - evitar o fracionamento de despesas;

V - sinalizar intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo potencial com o mercado e incrementar a competitividade.

Art. 4º. Até o dia 15 do mês de maio de cada exercício, os setores da Câmara Municipal deverão encaminhar suas demandas para o próximo exercício ao Setor de Contratações da Câmara para elaboração do Plano Anual, que deverá conter todas as contratações que se pretende realizar no exercício subsequente, incluídas as contratações diretas, nas hipóteses previstas nos art. 74 e art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

Seção II Das Exceções

Art. 5º. Ficam dispensadas de registro no Plano Anual de Contratações:

I - as informações classificadas como sigilosas, nos termos do disposto na Lei

n.º. 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

II - as hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII, do caput do art. 75, da Lei n.º. 14.133 de 2021;

III - as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º, do art. 95, da Lei n. 14.133, de 2021.

Seção III Dos Procedimentos

Art. 6º. Para elaboração do Plano Anual de Contratações, o requisitante preencherá o documento de formalização de demanda com as seguintes informações:

I - Justificativa da necessidade da contratação;

II - Descrição sucinta do objeto;

III - Quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;

IV - Estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado, de acordo com as orientações de Ato da Mesa Diretora;

V - Indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do núcleo;

VI - Grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão;

VII - Indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a seqüência em que as contratações serão realizadas;

VIII - Nome do setor/núcleo requisitante com a identificação do responsável;

IX - Nos casos de demanda de projeto de arquitetura/engenharia, incluir o documento de Solicitação de Projeto de Arquitetura/Engenharia elaborado por Comissão específica da Casa.

Art. 7º. O documento de formalização de demanda

poderá, se houver necessidade, ser remetido pelo requisitante à área técnica para fins de análise, complementação das informações, compilação de demandas e padronização.

Art. 8º. As informações de que trata o art. 7º poderão ser formalizadas por meio do sistema de tramitação de processos eletrônicos, até o dia 15 de maio do ano de elaboração do plano anual de contratações.

Seção IV Da Consolidação

Art. 9º. Encerrado o prazo previsto no art. 9º, o setor de contratações consolidará as demandas encaminhadas pelos requisitantes ou pelas áreas técnicas e adotará as medidas necessárias para:

I - Agregar, sempre que possível, os documentos de formalização de demanda com objetos de mesma natureza com vistas à racionalização de esforços de contratação e à economia de escala;

II - Adequar e consolidar o plano anual de contratações, observado o disposto no art. 4º;

III - Elaborar o calendário de contratação, por grau de prioridade da demanda, consideradas a data estimada para o início do processo de contratação e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 1º. O prazo para tramitação do processo de contratação ao setor de contratações constará do calendário de que trata o inciso III, do caput deste artigo.

§ 2º. O processo de contratação de que trata o § 1º será acompanhado de estudo técnico preliminar, termo de referência, anteprojeto ou projeto básico, considerando o tempo necessário poro realizar o procedimento.

§ 3º. O setor de contratações concluirá a consolidação do Plano Anual de Contratações até a primeira quinzena de junho do ano de sua elaboração e o encaminhará para aprovação da autoridade competente.

CAPITULO IV DA APROVAÇÃO

Seção Única Da Autoridade Competente

Art. 10. Até o final da segunda quinzena de junho do ano de elaboração do plano anual de contratações, a autoridade competente aprovará as contratações nele previstas.

Parágrafo Único. A autoridade competente poderá reprovar itens do plano anual de contratações ou devolvê-lo ao setor de contratações, se necessário, para realizar adequações junto aos núcleos requisitantes, observando o prazo previsto no caput.

CAPÍTULO V DA PUBLICAÇÃO

Seção Única Da Divulgação

Art. 11. O plano anual de contratações aprovado pela autoridade competente será disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Fundão.

Parágrafo Único. A Câmara Municipal de Fundão disponibilizará, em seu sítio eletrônico, o endereço de acesso ao seu plano anual de contratações no Portal Nacional de Contratações Públicas.



CAPÍTULO VI DA REVISÃO E DA ALTERAÇÃO

Seção Única Da inclusão, exclusão ou redimensionamento

Art. 12. Durante o ano de sua elaboração, o plano anual de contratações poderá ser revisado e alterado por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens, nas seguintes hipóteses:

I - No período de 15 de setembro a 15 de novembro do ano de elaboração do plano anual de contratações, para a sua adequação à proposta orçamentária da Câmara;

II - Na quinzena posterior à publicação da Lei Orçamentária Anual, para adequação do plano anual de contratações ao orçamento aprovado para aquele exercício.

Parágrafo Único. Nas hipóteses deste artigo, as alterações no Plano Anual de Contratações serão aprovadas pela autoridade competente.

Art. 13. Durante o ano de sua execução, o Plano Anual de Contratações poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

Parágrafo Único. O Plano Anual de Contratações atualizado e aprovado pela autoridade competente deverá ser disponibilizado imediatamente no Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como no sítio eletrônico do órgão.

CAPÍTULO VII DA EXECUÇÃO

Seção I Da Compatibilização da demanda

Art. 14. O setor de contratações verificará se os demandas encaminhadas constam do plano anual de contratações anteriormente à sua execução.

Parágrafo único. As demandas que não constarem no plano anual de contratações ensejarão a sua revisão, caso justificadas, observados o disposto no art. 14.

Art. 15. As demandas constantes do plano anual de contratações serão formalizadas em processo de contratação e encaminhadas ao setor de contratações com antecedência necessária ao cumprimento da data pretendida de que trata o inciso V, do art. 7º, acompanhadas de instrução processual, observado o disposto no § 1º, do art. 10, desta Resolução.

Seção II Do Relatório de Riscos

Art. 16. A partir de julho do ano de execução do plano anual de contratações, o setor de contratações elaborará relatórios de riscos referentes à provável não efetivação da contratação de itens constantes do plano anual de contratações até o término daquele exercício.

§ 1º. O relatório de gestão de riscos terá frequência mínima bimestral e sua apresentação deverá ocorrer, no mínimo, nos meses de agosto, outubro e dezembro de cada ano.

§ 2º. O relatório de que trata o § 1º será encaminhado à autoridade competente para adoção das medidas de correção pertinentes.

§ 3º. Ao final do ano de vigência do plano anual de contratações, as contratações planejadas e não realizadas serão justificadas quanto aos motivos

de sua não consecução, e, se permanecerem necessárias, serão incorporados ao plano de contratações referente ao ano subsequente.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção Única Das Orientações Gerais

Art. 17. Os casos omissos serão dirimidos pela Administração, que poderá expedir normas complementares para a execução desta norma, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Legislativo Henrique Broseghini, em 19 de novembro de 2024.

PAULO ROBERTO COLE

Presidente da Câmara Municipal de Fundão - ES.
Biênio 2023-2024

Protocolo 1437203

Guaçuí

Resolução

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº. 476/2024

"Torna sem efeito a exoneração do funcionário e dá outras providências."

O Presidente da Câmara Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Artigo 51 da Constituição Federal de 1988:

CONSIDERANDO a ocorrência de publicação do número de Resolução nº 475, de 14 de novembro de 2024, constante no DOM/ES Página 163, Edição 2.644.

RESOLVE:

Art. 1º - Torna sem efeito a Resolução nº 475, de 14 de novembro de 2024, publicado na página 163, da Edição 2.644 do DOM/ES do Poder Legislativo de Guaçuí/ES que exonera a pedido, por motivo pessoal, o funcionário público **Sr. HIAGHOR TEIXEIRA DE SOUZA**.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus jurídicos efeitos a 14 de novembro de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Sala das Sessões; "Dr. Francisco Lacerda de Aguiar".

Guaçuí-ES, 21 de novembro de 2024.

VALMIR SANTIAGO
Presidente da CMG

Protocolo 1437481

